



VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

23 a 25 de Junho de 2010

ANAIS

Realização:



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



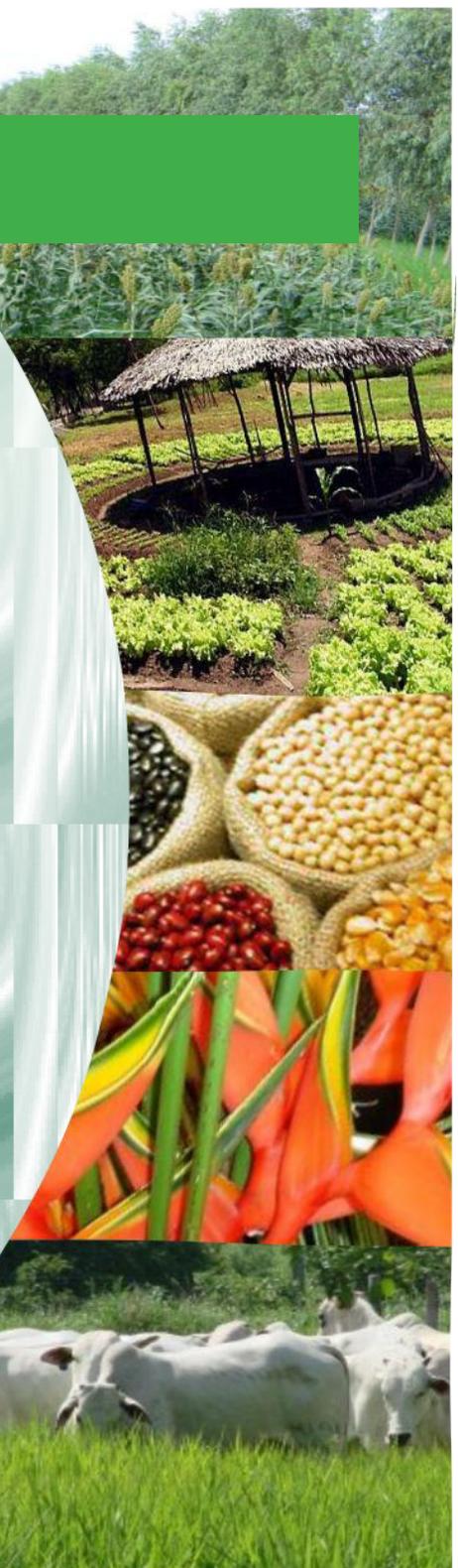
Cocais e Planícies Inundáveis
Meio-Norte
Agroindústria Tropical
Cerrados



Realizando a Qualidade



Banco do
Nordeste



Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (8.: 2010: São Luís,MA).

Anais do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/UEMA, Mestrado em Agroecologia: EMBRAPA. – São Luís: UEMA, 2010.

1 CD-ROM

ISBN: 978-85-86036-57-6

1. Metodologias inovadoras. 2. Sistemas de produção. 3. Recursos naturais. 4. Extrativismo. 5. Desenvolvimento territorial

CDU: 631.151 (063)



Estratégias Interinstitucionais para a Conservação da Atividade Extrativista da Mangaba em Sergipe

AUTORES

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues, Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe, Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros; raquel@cpac.embrapa.br; **Dalva Maria da Mota**, Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; dalva@cpatu.embrapa.br; **Josué Francisco da Silva Junior**, Mestre em Fruticultura Tropical; Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, josue@cpac.embrapa.br; **Heribert Schmitz**, Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br.

Introdução

Pesquisas realizadas nas áreas costeiras de Sergipe com o objetivo de prospectar as áreas remanescentes de mangabeira identificaram um novo tipo de população denominada de tradicional: as catadoras de mangaba e de produtos do manguezal. Como outras populações tradicionais, são cada vez mais consideradas essenciais na preservação da biodiversidade, por se identificarem como agente do processo de desenvolvimento sustentável com baixo impacto sobre o meio ambiente e, assim, são vistas também pelo resto da sociedade (Almeida, 2005; Castro, 1997). Paradoxalmente, as plantas nas quais praticam o extrativismo estão sendo dizimadas e as catadoras se vêm diariamente ameaçadas de perder a fonte que assegura 60% de sua renda. Até 2007, agravava a situação o fato de que as catadoras não tinham visibilidade e, portanto, não chamavam a atenção da sociedade para a sua importância e para as crescentes ameaças que as cercavam. Diante disso, um grupo interinstitucional vem realizando ações de pesquisa e intervenção que privilegiam a interação do conhecimento científico de pesquisadores, técnicos e catadoras sobre a conservação das mangabeiras, o cotidiano do trabalho no extrativismo, como também, o levantamento de problemas enfrentados com as possíveis alternativas de solução.

Material e métodos

A pesquisa foi realizada através de levantamentos de dados secundários (revisão bibliográfica e documentária), observação participante e de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com catadoras de mangaba, pesquisadores e técnicos que têm participado das ações de pesquisa e desenvolvimento, de 2002 a 2009, visando à conservação da atividade extrativista da mangaba em Sergipe.

Resultados e discussão

Em 2002, pesquisadores agrônomos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, interessados inicialmente na caracterização e conservação dos recursos genéticos da mangabeira, localizaram áreas de acesso livre em bom estado de conservação na região costeira de Sergipe, não obstante à latente possibilidade de devastação (carcinicultura, expansão de cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar, infra-estruturas turísticas etc.). À medida que a complexidade em torno da atividade extrativista da mangaba emergia, novos pesquisadores e técnicos de diferentes



instituições¹ e formações acadêmicas foram incorporados à equipe e, assim, com os novos olhares, ampliamos o raio de atuação e a diversidade dos temas de pesquisa e intervenção. Em 2007, com a formação do Movimento das Catadoras de Mangaba - MCM, as catadoras de mangaba também passam a integrar a equipe, institucionalmente.

Até meados de 2007, as ações de pesquisa² se concentraram no mapeamento das áreas de ocorrência de mangabeiras, coleta de material genético para caracterização e conservação *ex situ* das plantas e frutos, bem como, contatos com diferentes atores para investigar as suas práticas no manejo das plantas em terras devolutas e privadas (de proprietários: ausentes, daqueles que as mantinham como reserva de valor ou dos que permitiam o acesso da população extrativista local ao seu estabelecimento), formas de acesso aos recursos naturais (PEREIRA, 2008) e gestão de bens comuns (SCHMITZ *et al.*, 2009).

Naquele ano, o marco fundamental foi o I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe³, por quatro motivos. Primeiro, pela primeira vez as catadoras de mangaba reuniram-se para trocar experiências e discutir os seus modos de vida enquanto extrativistas. “Nós nunca fomos ouvidas, nós queremos ser ouvidas”, assim uma catadora externalizou seu sentimento de isolamento e abandono por parte do poder público (MOTA *et al.*, 2007). Segundo, foram erguidas as bases para a criação do MCM. Terceiro, por evidenciar a importância social, econômica e ecológica de uma atividade exercida, essencialmente, por mulheres. Ao não se reconhecerem no título do I Encontro, os homens (catadores ou não) protestaram contra a exclusão, inclusive, com denúncias orais aos setores competentes na Embrapa. As lideranças das Colônias de Pescadores, por sua vez, desanimaram as catadoras a participar do Movimento com a ameaça de que os seus companheiros perderiam o direito ao *defeso*⁴, “pois quem é pescador, não é catador”. Assim, tentavam encobrir a condição de catadora daquelas mulheres, sujeitando-as à ocupação dos homens (MOTA *et al.*, 2009). E, por último, pela definição dos temas prioritários para as ações de intervenção, a partir das demandas levantadas pelas catadoras durante o I Encontro.

Acentuava-se a noção de que era urgente a integração entre as ações de pesquisa e intervenção para alimentar os novos diálogos e construir representações políticas num contexto de disputas pelo reconhecimento daquele grupo pelo Estado (MOTA *et al.*, 2009). Com este propósito, em novembro de 2007, nos reunimos com representantes do MCM e parceiros, quando foram traçadas estratégias para enquadrar a problemática do extrativismo da mangaba na agenda oficial das instituições. Em que pese o compromisso assumido por algumas instituições era fruto exclusivo do comprometimento de seus técnicos com a causa, membros da equipe queixavam-se da dificuldade de continuar atuando em uma atividade que não era reconhecida como prioritária pelos seus gestores. Assim, enviamos cartas aos gestores de todas as instituições parceiras, bem como, para o Ministério Público Federal em Sergipe – MPF/SE e OAB/SE.

Pelos resultados obtidos, destacamos duas dessas cartas. A primeira, enviada ao Incra/SE, denunciando o cercamento de uma área de 157 hectares, onde, anteriormente, cerca de 120 catadoras coletavam livremente a mangaba, que culminou no Decreto de 07 de maio de 2008 de

¹ Universidade Federal do Pará, Incra-SE, Ibama-SE, ICMBio, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh-SE), Secretaria de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe (Seides-SE), Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (Adema-SE) e Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, SE.

² Pesquisa realizada com recursos do CNPq e Embrapa.

³ Financiado pelo projeto “Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeira do litoral sergipano” e “Recursos genéticos de fruteiras nativas dos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do Nordeste”, liderados pela Embrapa Tabuleiros Costeiros.

⁴ Modalidade de seguro-desemprego que dá assistência financeira temporária ao pescador no período em que está proibido de exercer sua atividade.



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

desapropriação da Fazenda São José do Arrebancado, em Barra dos Coqueiros, Sergipe. A segunda, encaminhada ao MPF/SE, reivindicava o compromisso dos gestores das instituições em garantir os recursos necessários para o mapeamento do extrativismo da mangaba em Sergipe. Até aquele momento, a Embrapa e a Universidade Federal do Pará já haviam mapeado 30 comunidades que têm a mangaba como importante fonte de renda. Posteriormente, esse número foi ampliado para 64 comunidades (VIEIRA; RODRIGUES, 2009).

Ainda, para garantir visibilidade das catadoras solicitamos e obtivemos permissão para participar juntamente com três catadoras da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, em dezembro de 2007. Assim, obteve-se a inserção das “catadoras de mangaba” na lista das populações extrativistas.

Após o I Encontro, outros eventos de troca de experiências entre catadoras de mangaba, pesquisadores e técnicos foram promovidos. À medida que se intensificava o processo de visibilidade social das catadoras de mangaba, seja pela realização desses eventos de intercâmbio, seja pelo interesse da mídia pela experiência das catadoras, outros atores foram se somando à experiência, a exemplo da Secretaria Estadual de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social de Sergipe – Seides/SE, Universidade Federal de Sergipe – UFS e alguns parlamentares.

A Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, órgão vinculado à Seides/SE, incluiu as catadoras de mangaba na programação de suas atividades. Além de financiar a maior parte do II Encontro das Catadoras de Mangaba, em abril de 2009, a Seides/SE promoveu cursos de capacitação em produção de doces e licor à base de mangaba.

Atualmente, sob a coordenação do MCM, dois grupos com cerca de quinze mulheres, cada, dos municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, produzem coletivamente geléias, balas, bombons, bolos e licor de mangaba. Esses grupos vêm estabelecendo modelos de gestão desde o processo produtivo (definição de papéis, controle de horas trabalhadas, estocagem de ingredientes, até a distribuição dos lucros). Também, já manifestam a preocupação em regulamentar a confecção dos produtos, demandando dos órgãos competentes a instalação de unidades de beneficiamento e processamento. Hoje, a produção é feita na casa da presidente do MCM, na Barra dos Coqueiros, e na casa de uma catadora, em Pirambu. A descentralização do processo tem gerado produtos de qualidade, tamanhos e até embalagens diferenciadas, fazendo com que um grupo considere o seu trabalho melhor do que o do outro. Nesse primeiro momento, as catadoras consideram como solução ao problema, identificar nas embalagens a origem de cada produto, mas, financeiramente ainda não é viável, pois a Seides/SE é quem fornece o material para confecção das embalagens.

Nesse sentido, também se desenha a forma jurídica de organização social que as catadoras consideram como ideal. Para elas, o MCM assumiria o papel de representar político-institucionalmente as catadoras de mangaba de Sergipe, sendo que cada município teria a sua associação/cooperativa. Para construção de um processo organizativo que atenda as suas especificidades, as catadoras de mangaba vêm buscando parceiros para assessorá-las, inclusive, no fortalecimento do próprio Movimento. Desde junho de 2009, a UFS vem promovendo cursos com as catadoras de mangaba sobre associativismo e cooperativismo, bem como, auxiliando o MCM nos trâmites legais para constituição das associações/cooperativas. Em que pesem a importância desses cursos, representantes do MCM têm manifestado preocupação quanto à adequação da estrutura das associações/cooperativas à condição de população extrativista das catadoras de mangaba, particularmente diante das experiências frustradas a partir deste tipo de modelo.

Esta experiência também vem influenciando positivamente no acesso das catadoras de mangabas às políticas públicas governamentais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA). Em um dos eventos de intercâmbio de conhecimentos, realizado no povoado Pontal, município de Indiaroba, um vereador apresentou o PAA aos presentes. Visto com



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

bastante desconfiança, como mais um projeto fadado ao fracasso, apenas cinco mulheres aderiram ao programa. Hoje, trinta e sete mulheres acessam o PAA, naquele povoado. O ingresso no PAA, além de significar em melhoria na renda dessas catadoras, implicou na inserção das mesmas em dinâmicas sociais há pouco tempo impensáveis, a exemplo de se tornarem correntistas de bancos, para atender a um dos critérios do PAA. A causa principal alegada por aquelas que não ingressaram ao programa, seja em Indiaroba seja nos demais municípios do Estado, é que, no comércio local (barracas às margens das estradas, feiras, sorveterias etc.) o pagamento é realizado no ato da venda. Já o PAA estabelece o prazo de um mês para realizar o pagamento, contato a partir da entrega dos frutos.

Um dos indicadores da pujança política que envolve as catadoras de mangaba é o crescente número de parlamentares presentes nos eventos promovidos para discutir as alternativas de preservação da atividade extrativista da mangaba. No entanto, diante da complexidade da problemática, da importância econômica das áreas (próximas de centros urbanos e com beleza de interesse para o turismo), da heterogeneidade do grupo (sem terra, proprietárias de pequenos sítios, assentadas), a derrubada das mangabeiras tem sido mais veloz e eficiente do que as políticas públicas governamentais. No geral, os oponentes das catadoras (com exceção daqueles que apenas possuem um pequeno estabelecimento na condição de produtores familiares) conseguem tirar mais vantagens das relações de poder existentes pelo fato de acederem com mais facilidade às instituições reguladoras do uso dos recursos (Adema/SE; Ibama, por exemplo) pelas redes às quais pertencem. Também se amparam na idéia costumeira de que iniciativas exógenas geram empregos e desenvolvimento para as populações desfavorecidas (MOTA *et al.*, 2009).

Outra discussão recorrente e obscura em Sergipe é o acesso às mangabeiras por meio de unidades de conservação (UCs). Algumas tentativas de nivelar o entendimento sobre o funcionamento de UCs, entre pesquisadores, técnicos e catadoras, parecem não ter atingido o objetivo desejado. Comumente, as catadoras assumem o discurso de seus oponentes e associam as UCs a perda do direito de propriedade (para aquelas que as possuem), da liberdade de ir e vir no litoral sul sergipano e do impedimento das atividades turísticas, enfatizando a necessidade de substituição da atuação destrutiva de algumas catadoras por outros tipos de ocupação assalariadas (MOTA *et al.*, 2009). E, poucos são os pesquisadores e técnicos que se manifestam diante de tais afirmações, simplesmente pela falta de argumentos frente à desinformação sobre o tema.

Por último, destacamos a ausência da participação efetiva de jovens catadoras nesta experiência. A violência imposta pelos opositores (empresários do turismo e da agricultura, proprietários de sítios, de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas), como ameaça de agressão física e denominações pejorativas (MOTA *et al.*, 2009), tem causado constrangimento em algumas mulheres que sentem vergonha em se identificarem como “catadoras de mangaba”. Talvez, esse seja o caminho para investigarmos os impasses sociais da sucessão hereditária das catadoras de mangaba.

Referências

ALMEIDA, M. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais**. Entrevista do mês. 2000. <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14/09/2004.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: Faces do trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). Belém: Cejup, 1997, p. 263- 283.



VIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE
PRODUÇÃO

Agricultura Familiar: Crise Alimentar e Mudanças Climáticas Globais

MOTA, D. M. **Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano.** Projeto de pesquisa aprovado no Edital Universal CNPq, 2005. 9p.

MOTA, D.M., SCHMITZ, H., SILVA JÚNIOR, J.F., JESUS, N.B., OLIVEIRA, P.E.O., RODRIGUES, R. F. A., SANTOS, J.V.; CURADO, F.F. **Relatório do I Encontro das Catadoras de mangaba do Estado de Sergipe.** Aracaju/Belém: Embrapa Amazônia Oriental e Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007, 41p.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JUNIOR., J. F; R; RODRIGUES, R. F. de A. ROCHA, M. M. L. **Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe, Nordeste do Brasil.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 33, Caxambu, MG, 2009.

PEREIRA, E. O. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu - SE.** 88 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe.** São Cristóvão, 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR., J.F. **Conflitos sociais cercam as catadoras de mangaba.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 4, Brasília, 2008.

VIEIRA, D. M; RODRIGUES, R. F. de A (org.). **Mapeamento do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.